



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME
de Bom Despacho- MG

Lei Municipal nº 2.493/2015 Período 2017

Bom Despacho, 14 de dezembro de 2017



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

1. RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO COORDENADORA: (Decreto 7.232, de 7 de julho de 2.016)

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Heloísa Helena de Faria e Silva – Titular

Vanesca Symone Duarte Paim – Suplente

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Ediane Costa Barbosa – Titular

Enedina de Fátima Resende – Suplente

Representantes da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores:

Joice Martins Silva Quirino – Titular

Marcelo Marilúcio dos Santos – Suplente

Representantes do Magistério:

Ana Maria Pinto de Castro – Titular

Laurene Campos do Espírito Santo - Suplente

EQUIPE TÉCNICA DO PME: (Decreto 7.232, de 7 de julho de 2.016)

Paula Caroline Cardoso Silva – Titular

Maique Aparecido Alves - Titular

Mariana César Diniz da Cunha – Suplente

Eliana de Carvalho Silva - Suplente



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

APRESENTAÇÃO

A Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação 2015/2025, em cumprimento a Lei nº 2.493, de 24 de junho de 2015, art. 5.º, apresenta o relatório anual relacionado ao ano 2017, sobre a avaliação do PME com as análises das metas e os problemas evidenciados com as devidas propostas.

A avaliação do Plano teve seu ápice em 2016, na apresentação de dados e resultados alcançados na I Audiência Pública do Plano Municipal de Educação Plano, que permitiu apresentar a atuação no setor educacional, em nível territorial, não só do Poder Público, mas de todas as entidades envolvidas no processo educativo, servindo com isto, de base à formulação e reformulação das políticas, planos, programas, projetos ou atividades pedagógicas administrativas que envolvam a educação.

Este relatório foi produto da consulta pública a ser realizada na II Audiência Pública do PME, dia 04/12/2017, que concretizou no documento Avaliação do Plano Municipal de Educação – versão final, que nada mais é do que a versão preliminar acrescida das alterações apresentadas e aprovadas durante a Audiência e sistematizadas pela Equipe Técnica.

No ensejo, informo que ao longo do ano de 2017, houve dezessete reuniões da Comissão Coordenadora e da Equipe Técnica com o objetivo de estudar, avaliar e monitorar e avaliar o PME. Registra-se que coube a Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pela gestão da política pública de educação na rede municipal de ensino, participar da elaboração, acompanhar a execução, dar apoio e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME, assim como garantir o suporte técnico e administrativo para as ações da Comissão e Equipe Técnica do PME, fortalecendo o regime de colaboração.

Paula Caroline Cardoso Silva

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de
Bom Despacho



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

2. PROCESSO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PME

O processo de Monitoramento e Avaliação do Plano de Educação iniciou-se com a instituição da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica, nomeando seus membros através do Decreto 7.232, de 7 de julho de 2.016.

Nos dias 8 e 9 de agosto de 2.016 foi realizada capacitação para a Comissão Coordenadora e demais membros da Equipe Técnica com a AE responsável pelo acompanhamento do Município. Após essa capacitação foi definida pela Comissão Coordenadora e pela Equipe Técnica uma Agenda de Trabalho e a periodicidade das reuniões de estudo e monitoramento do PME.

Primeiramente foi preenchida a Parte A da Ficha de Monitoramento pela Equipe Técnica onde foram inseridos os nomes dos membros que compõem a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica e enviada à AE responsável. Posteriormente, houve um estudo do PME e o preenchimento da Parte B da Ficha de Monitoramento e Avaliação que trata da previsão orçamentária do município e, por último, foi preenchida a Parte C da Ficha de Monitoramento e Avaliação onde foram estudados os indicadores de cada meta e feita uma pesquisa de quais os percentuais alcançados em 2.014 e 2.015 de cada indicador. As Partes B e C também foram enviadas a AE responsável.

As informações da Ficha de Monitoramento e Avaliação do PME foram validadas pela Secretária Municipal de Educação e encaminhadas de maneira oficial, à Comissão Coordenadora para estudo e debate de forma a emitir, com o auxílio da Equipe Técnica, o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação.

Em 15 de dezembro de 2.016 foi realizada a Audiência Pública de Monitoramento do Plano Municipal de Educação que teve como objetivo apresentar e divulgar o trabalho desenvolvido pela Equipe Técnica e Comissão Coordenadora, frente as metas prevista no Plano Municipal e que deviam ser cumpridas em 2016.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Foi feito o relatório final de Monitoramento do PME, validado pela Secretária Municipal de Educação, no dia 21 de dezembro de 2.016 e entregue a Comissão Coordenadora em 28 de dezembro de 2.016.

Em 2.017, houve a recomposição da Comissão Coordenadora pelo Decreto 7.586, de 29 de maio de 2.017. Em 9 de junho, houve a apresentação da Agenda de Trabalho 2.017 e o preenchimento da Parte A da ficha, a qual foi encaminhada para à AE responsável. Posteriormente foi preenchida, em 5 de julho de 2.017, a Parte B da ficha e em 6 de setembro de 2.017 a Parte C, sendo encaminhadas, ambas, à Comissão Coordenadora.

Foi elaborado o relatório de Monitoramento do PME, versão preliminar e será entregue no dia 10 de novembro de 2.017 à Secretaria Municipal de Educação para validação. Em 17 de novembro de 2.017 o relatório será validado pela Secretária e encaminhado para Comissão Coordenadora para análise e validação. Em 1º de dezembro de 2.017 há previsão de ocorrer Audiência Pública.

Houve reuniões para o estudo do Plano Municipal de Educação, nas quais participaram a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora, além de três capacitações que ocorreram ao longo desse período em Pará de Minas, Belo Horizonte e Bom Despacho.

O planejamento decenal da educação local e regional baseia-se no Plano Nacional Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014.

No município de Bom Despacho - MG, apesar dos percalços o processo de (re)elaboração do Plano Municipal de Educação (PME-2015-2025) ampliou a participação democrática em vários seguimentos da sociedade, e o exercício da cidadania foi vivenciado por alguns de forma efetiva e por outros ainda de forma quase impositiva e obrigatória.

Na assembleia geral para composição dos membros da Comissão representativa da Sociedade no Município de Bom Despacho, vários segmentos da sociedade foram



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

convocados a participarem: representantes do Judiciário, legislativo, e executivo, representantes de escolas Municipais, Estaduais, Particulares, representantes de pais, representantes do conselho Municipal de Educação e do Conselho Tutelar, dentre outros. E o primeiro entrave foi a constituição, a eleição da Comissão Representativa da Sociedade, porque mesmo com mais de 70 membros representativos de vários setores o empenho e interesse de se candidatar foi pequeno.

Diante da necessidade de refletir sobre o percurso feito pelas comissões que participaram da construção do Plano Decenal Municipal de Educação de Bom Despacho, os retornos dos membros participantes demonstram alguns pontos interessantes a serem analisados: O primeiro a ser destacado é que os dois membros que representavam o poder legislativo da cidade, sendo um deles vereador, compareceram a poucas reuniões da comissão, mesmo diante de todos os ofícios enviados pelo presidente da Comissão, assim os mesmos não deram retorno quanto ou questionário de levantamento de dificuldades e facilidades neste processo democrático de planejamento do decênio da educação do Município.

A participação dos representantes da rede pública municipal e estadual aconteceu com maior efetividade, a presença dos representantes ocorreram dentro da carga horária de trabalho dos mesmos, facilitando a participação.

Os representantes das instituições particulares tiveram poucas presenças nas reuniões e demonstraram certo desinteresse no trabalho. Mesmo sendo que em todas as discussões foi ressaltado que a construção do PME é a título de território e não de rede.

A equipe técnica teve papel fundamental em todo esse processo, com levantamentos de dados, com participação efetiva na organização técnica do documento, assim dois dos membros efetivos desta comissão, também faziam parte da comissão representativa da sociedade representando o conselho municipal de educação e o outro membro representava a Secretaria Municipal de Educação, estes trabalharam com muito afinco e dedicação estimulando os demais membros a se envolverem no processo, mesmo diante do desânimo e falta de conhecimento específico de cada meta e estratégias que estavam



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

sendo consolidadas através do material colhido em todas as escolas do município de Bom Despacho.

A maioria dos membros destas duas comissões: técnica e representativa da sociedade se esforçaram para exercerem seus papéis de cidadãos não apenas em escolherem seus os governantes, mas assumiram sua condição de sujeito, dos destinos da educação Bom Despacho.

Comissão Representativa da Sociedade - PDME 2015-2025

Prefeito Municipal

Fernando José Castro Cabral

Secretaria Municipal de Educação

Simone Márcia dos Santos Mamede

Maria Aparecida da Silva Carvalho

Representante do Poder Executivo:

Titular: Marco Túlio Jota de Oliveira

Suplente: Roseana Rodrigues de Castro Gontijo

Representante do Poder Legislativo:

Titular: Roberto Alves Cordeiro

Suplente: Jaqueline Pires da Silva

Representante do Poder Judiciário:

Titular: Ricardo Aron Alves

Suplente: Renata Lago e Barros

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Heloisa Helena de Faria e Silva

Suplente: Vanesca Symone Duarte Paim

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Perla Aparecida Lucas

Suplente: Denisse Aparecida dos Santos Sousa

Representante da Rede Estadual de Ensino



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Titular: Ronaldo Lúcio Ferreira Suplente:

Maria Luciane de Mendonça Pinto

Representante da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Aline Dias dos Santos Rosa Gotelipe Soares

Suplente: Fabiana Dalila Tavares de Castro Oliveira

Representante da Rede Particular de Ensino:

Titular: Roberta Adalgisa Gê-Acaiaba Azevedo

Suplente: Marilda Vieira do Nascimento Couto

Representante da Superintendência Regional de Ensino:

Titular: Arisia Maria Costa Machado

Suplente: Maria Aparecida Lopes do Amaral Mesquita

Representante do Ensino Superior:

Titular: Samira Maria Araújo Suplente:

Regina Aparecida Rodrigues

Representante da sociedade civil:

Titular: Virgínia de Sousa Maciel Pessoa Cançado

Suplente: Enedina de Fátima Rezende

Equipe Técnica

1. Rogério César Corgozinho
2. Alice Fernanda Alves dos Santos
3. Heloisa Helena de Faria e Silva
4. Vanesca Symone Duarte Paim
5. Denisse Aparecida dos Santos Sousa
6. Gabriela Fernandes Silva Oliveira
7. Amarilza da Silva
8. Sinara Leandro Souza Silva
9. Márcia Borges Oliveira



3. AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS

I. Meta sobre Educação Infantil

Meta (1) – universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

A educação infantil constitui um instrumento fundamental para o atendimento das necessidades de desenvolvimento da criança, sendo dever do Estado garantir o acesso e permanência de todas as crianças de 4 a 5 anos, nas pré-escolas, e de 0 a 3 anos, em número cada vez maior de creches, assegurando o atendimento de suas necessidades básicas (sociais, cognitivas, afetivas, físicas).

Respeitando e atendendo às características e necessidades de cada comunidade, a educação infantil tem como objetivo a socialização da criança, preservando sua individualidade. A educação infantil cumpre um papel socioeducativo próprio e indispensável ao desenvolvimento da criança, valorizando as experiências e os conhecimentos que ela já possui e criando as condições para que socialize valores, vivências, representações, elaborando identidades étnicas e de classe.

Nessa linha de reflexão, fica claro que, para além do treino de habilidades e formação de hábitos de higiene, a educação infantil se redefine como uma etapa sistemática do processo de desenvolvimento da criança, ampliando seu universo cultural, tornando-a mais capaz de agir com independência e fazer escolhas nas mais diversas situações. Tal processo ocorre numa dimensão lúdica que, respeitando o jogo como “o fazer infantil”, possibilita a observação da realidade, a elaboração de noções, o desenvolvimento das linguagens de representação, das estruturas linguísticas, a ampliação de vocabulário, enfim a construção do conhecimento necessário à compreensão da realidade.

A lei nº 12.796, de 4 de abril de 2.013, que altera a lei 9394/96, em seu artigo 4º, estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete)



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

anos de idade. Dessa forma, a educação infantil passa a ser obrigatória, sendo dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, de acordo com o artigo 6º da lei supracitada.

Experiências têm demonstrado que, além do cumprimento de um direito do aluno e de um dever do Estado, o investimento na educação infantil repercute, imediatamente, no acesso e permanência, com mais êxito, no ensino fundamental.

| Indicador (1A) | Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola | | |
|------------------------------|---|----------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 100,00% | DADO OFICIAL ¹ | 98,14% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.qedu.org.br |
| | DADO MUNICIPAL ² | 100,00% | Cadastramento Escolar 2.016 |

Na educação infantil, em 2.016 e 2.017, a demanda manifesta na rede municipal de ensino, de crianças de 4 e 5 anos de idade, foi totalmente atendida (100% matriculada). A demanda reprimida de crianças de 4 meses a 3 anos foi atendida em 2.016 e 2.017 em um percentual de 47,8% de acordo com o IBGE. Considerando o Cadastramento Escolar de 2.016 realizado na rede municipal, 85% das crianças de quatro meses a 3 anos de idade foram matriculadas. Ressalta-se que a data base de apresentação de todos os dados desta avaliação é 24 de junho de 2017. Desse modo, o município de Bom Despacho cumpriu a meta 1 do Plano Municipal de Educação no que se refere a “universalizar, até 2.016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade”.

¹ É o dado apresentado pelos estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

² É o dado produzido pelas pesquisas realizadas pelo município



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (1B) | Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola | | |
|------------------------------|--|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 34,00% | DADO OFICIAL ¹ | 47,80% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.qedu.org.br |
| | DADO MUNICIPAL ² | 85% | Cadastramento Escolar 2.016 |

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a estratégia 1.16, no que se refere a publicação do levantamento da demanda manifesta por educação infantil, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que a Secretaria Municipal de Educação publique as informações coletadas no cadastramento escolar infantil.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

II. Meta sobre Ensino Fundamental

Meta (2) – universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, a Constituição previa a aplicação de recursos dos municípios, dos estados e da União. Essa última, por um prazo de dez anos, deveria destinar 50% de seus recursos vinculados, visando atingir a meta proposta. O dispositivo, que nunca chegou a ser respeitado, foi retirado da Constituição sob o pretexto de que estava inviabilizando o ensino superior.

Com a Lei 9424/96, o Governo Federal propôs a criação de um Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do ensino fundamental e Valorização do Magistério restrito ao nível fundamental regular, com investimentos de estados e municípios, proporcionais às arrecadações e ao número de alunos atendidos nas redes. Além de seguir a lógica da descentralização - no sentido da transferência apenas das responsabilidades, o Fundo parte do estabelecimento de um custo-aluno abaixo do já praticado em muitas unidades federadas e muito aquém das necessidades de uma educação de qualidade. O valor que vigora no corrente ano é de R\$300,00 por aluno/ano, isto é, R\$ 25,00 ao mês. Esse valor também vai referenciar os vencimentos do magistério das escolas públicas de educação básica, concorrendo para intensificar a desvalorização salarial.

Com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2.007, é regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, revogando dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1.996, 10.880, de 9 de junho de 2.004, e 10.845, de 5 de março de 2.004. Fica definido, assim, que pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do FUNDEB, garantam a aplicação do mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) desses impostos e transferências em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino; e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos demais



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

impostos e transferências. De acordo com o art. 2º, estes Fundos destinasse à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei. Apesar do ensino fundamental ser supostamente o nível priorizado, em termos de alocação de recursos, persistem problemas de acesso ao ensino fundamental. Porém, para que os objetivos do ensino fundamental sejam atingidos não basta que se resolvam os problemas de acesso e permanência do aluno na escola. É preciso que eles estejam associados a um esforço permanente pela qualidade. Quanto maior for a dependência dos alunos da escola pública para sua inclusão na sociedade, tanto mais substantiva deve ser essa qualidade. O ensino fundamental em Bom Despacho é oferecido por cinco escolas da Rede Municipal, nove escolas da Rede Estadual e seis escolas da Rede Particular.

| Indicador (2A) | Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola | | |
|------------------------------|---|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 92,00% | DADO OFICIAL | 93,57% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.qedu.org.br e www.ide.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

De acordo com o IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/bomdespacho/panorama>, acessado em 30/08/2017, o número de matrículas no ensino fundamental está sofrendo queda considerando pesquisas realizadas desde o ano 2005. No município de Bom Despacho em 2015, 98,30% da população de 6 a 14 anos frequentava a escola. Já em 2016 esse número passou para 93,57%, sendo uma queda de 4,73%.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (2B) | Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído | | |
|------------------------------|--|------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 71,00% | DADO OFICIAL | 65% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros. A Busca Ativa Escolar é uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar, desenvolvida pela Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM.

Apresentando as considerações da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) quanto maior for a dependência dos alunos da escola pública para sua inclusão na sociedade, tanto mais substantiva deve ser essa qualidade. O aluno necessita ser mais acompanhado em sua vida escolar e familiar, sempre presente visando possíveis dificuldades na aprendizagem e receber apoio adequado.



III. Meta sobre o Ensino Médio

Meta (3) – universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Cerca de 80% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentam as escolas, embora apenas 52,25 destes estejam no Ensino Médio - a distorção idade-série é o maior problema a ser enfrentado nessa modalidade de ensino no país. Além disso, segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2.011, 1,6 milhão de jovens nessa faixa etária estão fora da escola.

| Indicador (3A) | Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola | | |
|-------------------------------------|---|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 100,00% | DADO OFICIAL | 86,70% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação a Meta 3, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que a Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas e o Conselho Municipal de Educação apresentem informações mais detalhadas em relação ao cumprimento desta meta, bem como de suas estratégias.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (3B) | Taxa líquida de matrícula no ensino médio | | |
|---------------------------------------|---|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 60% | DADO OFICIAL | 52,95% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Para preenchimento do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho, em relação aos anos de 2.016 e 2.017 do indicador 3A utilizou-se o dado mais recente. O mesmo dado foi relacionado para o ano de 2015. Em relação ao indicador 3B foi possível observar um crescimento 0,05% entre os anos 2.015 e 2.016. A taxa líquida de matrícula no ensino médio passou de 52,90% para 52,95%.



IV. Meta sobre a Educação Especial/Inclusiva

Meta (4) – universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Entre 2.010 e 2.011, houve um aumento de 15,3% na taxa de matrículas de crianças na Educação Especial. No mesmo período, entretanto, caiu em 11,2% o número de alunos em escolas especiais. Segundo o MEC, 78% dos alunos com algum tipo de deficiência estão matriculados na rede pública de ensino. No ano de 2.016, na rede municipal de ensino o Projeto Sala de Recurso Multifuncional atendeu 27 alunos e 4 professores foram disponibilizados para fazer o atendimento.

| Indicador (4) | Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola | | |
|------------------------------|---|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 89,00% | DADO OFICIAL | 87,10% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Para preenchimento do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho, em relação aos anos de 2.016 e 2.017 utilizou-se o dado mais recente. O mesmo dado foi relacionado para os anos de 2.014 e 2.015.

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 4, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que na estratégia 4.2 a demanda manifesta de crianças de zero a três anos, com deficiência, TGD e altas habilidades e superdotação tenham prioridade de atendimento. Em relação



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

a estratégia 4.3 sugere que as redes de ensino realizem um levantamento da eficácia do atendimento especializado que é ofertado, relacionado ao atendimento do professor e do espaço físico destinado ao atendimento. Em relação ainda ao item 4.3, destaca quanto a responsabilidade das instituições escolares de ensino em alimentar corretamente o sistema do censo escolar sobre as informações específicas do AEE e funcionamento da sala de recurso multifuncional. Quanto a estratégia 4.5 a comissão concluiu a necessidade da Secretaria Municipal de Educação-SME verificar a existência de recurso financeiro federal específico para a criação de centros multidisciplinares. Sobre os beneficiários de programas de acompanhamento e monitoramento dos alunos que são beneficiários de programas de transferência de renda sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação dê publicidade aos dados relacionados a este assunto. Na estratégia 4.10, incentivar o uso de pesquisa para o Atendimento Educacional Especializado, sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação encaminhe ofício solicitando à UAB e UNA e outras universidades solicitando o uso de pesquisa voltados para a área. Em relação a estratégia 4.14, solicita-se que a SME verifique qual ferramenta deverá ser utilizada por um indicador de qualidade e política de avaliação e supervisão das instituições que prestam atendimento aos alunos com deficiência. Na estratégia 4.16 sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação encaminhe um ofício para as instituições de ensino superior, sugerindo a inclusão dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao Atendimento Educacional Especializado. Na estratégia 4.19, sugere-se que a SME entre em contato com o CRAS, solicitando parceria e ações para estimular a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Apresentando as considerações da APAE a criança que tiver um diagnóstico mais cedo, terá mais chances de superação e melhores condições de inclusão. O fator estimulação é fundamental em seu pleno desenvolvimento. Acolhimento da família e criança por profissionais especializados e encaminhamento aos centros/ órgãos responsáveis pelo atendimento. Levar mais informação à população sobre as entidades existentes no território que acolhem tais famí



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

V. Meta sobre a Alfabetização

Meta (5) – alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Apenas 44,5% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental apresenta proficiência adequada em leitura, de acordo com os resultados da segunda edição da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, a Prova ABC. O teste foi aplicado no final de 2.012 a 54 mil alunos de 1,2 mil escolas públicas e privadas de todo o país. A partir de 2.015, o MEC substituiu a Prova ABC pela Avaliação Nacional da Educação (ANA), um dos eixos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Na rede municipal de ensino a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2.016 permitiu a formação de 30 professores do 1º ao 3º Ano do Ciclo da Alfabetização, dois orientadores de estudo e um orientador local.

| Indicador (5) | Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º Ano do ensino fundamental | | |
|------------------------------|---|--------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 92% | DADO OFICIAL | 92,30% | ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização)/ INEP www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Para preenchimento do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho, em relação aos anos de 2.016 e 2.017 utilizou-se o dado mais recente. O mesmo dado foi relacionado para os anos de 2.014 e 2.015.

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 5, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que na estratégia 5.6 a Secretaria Municipal de Educação deverá solicitar às instituições de ensino superior que incluam no currículo o estudo de novas tecnologias educacionais e



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

práticas pedagógicas inovadoras, apoiando a formação de professores para a alfabetização.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

VI. Meta sobre a Educação Integral

Meta (6) – oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

O programa visa atender crianças e adolescentes do município de Bom Despacho em torno de uma proposta pedagógica que responda às necessidades básicas dos alunos das escolas públicas. As Escolas de Tempo Integral passam a oferecer, além de uma educação de qualidade no turno regular, atividades pedagógicas no turno inverso, atendendo os estudantes de forma completa. Além de profissionais capacitados e materiais didáticos, cada estudante recebe no mínimo três refeições diárias, garantindo melhores condições para o seu aprendizado. O programa é destinado a crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo, oportunizando lhes uma maior qualidade de ensino, na medida em que são trabalhados em todas as áreas do conhecimento, ampliando, com metodologias diversificadas, os conteúdos da base curricular.

| Indicador (6A) | Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares | | |
|------------------------------|--|--------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 50% | DADO OFICIAL | 66,70% | INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.observatiodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Para preenchimento do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho, em relação aos anos de 2.016 e 2.017 do indicador 6A utilizou-se o dado mais recente. É possível observar uma redução de 2,90% entre os anos 2.015 e 2.016. O percentual de escolas públicas que permanecem ao menos 7 horas em atividades escolares passou de 69,60% para 66,70%.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (6B) | Percentual de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares | | |
|------------------------------|---|--------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 16% | DADO OFICIAL | 15,80% | INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.observatoriopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 6, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que nas estratégias 6.2 e 6.3 sugere-se a Secretaria Municipal de Educação a construção ou ampliação de escolas de ensino fundamental para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social. Em relação a estratégia 6.7, sugere-se que na Escola Municipal Virgílio Antônio da Silva seja verificada a possibilidade de atendimento em tempo integral, considerando o espaço físico e o fato de que a referida escola funciona apenas em um turno. Na estratégia 6.9, sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação adote medidas específicas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, definindo uma diretriz para o trabalho direcionado a atividades complementares (recreativas, esportivas, culturais).



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

VII. Meta sobre o Aprendizado Adequado na Idade Certa

Meta (7) fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
|---|------|------|------|------|
| Anos iniciais do ensino fundamental (previsão) | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| Anos iniciais do ensino fundamental (resultado) | 6,3 | - | - | - |
| Anos finais do ensino fundamental (previsão) | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 |
| Anos finais do ensino fundamental (resultado) | 4,6 | - | - | - |
| Ensino médio (previsão) | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |
| Ensino médio (resultado) | 5,4 | - | - | - |

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir média 6,0 no IDEB nos Anos Iniciais e média 5,5 nos Anos Finais no ensino fundamental até o fim da vigência do plano, é uma meta do PNE. Bom Despacho já se encontra com IDEB acima da meta almejada pelo PNE. Em 2.013 os resultados apontam para os Anos Iniciais do ensino fundamental da rede pública, um IDEB de 6,3.

| Indicador (7) | Qualidade da Educação Básica/IDEB | | |
|------------------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 5.5 | DADO OFICIAL | 6.3 | www.ideb.inep.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Em relação a Meta 7, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que na estratégia 7.2 sejam elencadas as ações que estão sendo desenvolvidas para atender o previsto nos itens a e b. Em relação a estratégia 7.9 a média do estado de Minas Gerais é igual ao resultado da média do município referente ao IDEB de 2015. A escola da rede municipal com o resultado de menor índice ainda possui média superior a nacional. Na estratégia 7.12, a comissão sugere que a Secretaria Municipal de Educação e as demais redes de ensino incentivem o uso de tecnologias educacionais a partir da educação infantil. Quanto a estratégia 7.13 a comissão sugere que a todas as redes de ensino verifiquem a possibilidade de renovação integral e padronização da frota de veículos que atendem aos estudantes da educação do campo. Em relação às estratégias 7.15 e 7.20 a comissão sugere que a Secretaria Municipal de Educação faça adesão a programas de universalização da rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e de equipamentos e recursos tecnológicos digitais de qualidade. Na estratégia 7.16 sugere-se que as redes de ensino façam adesão a programas de apoio técnico visando a ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. Em relação a estratégia 7.17 solicita-se à SME a verificação de quais são os programas suplementares de material didático-escolar, para futura adesão. Na estratégia 7.18 sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação faça um levantamento nas escolas da rede se há garantia da acessibilidade das pessoas com deficiência em cada edifício escolar e faça as alterações necessárias para garantir essa acessibilidade. Analisando a estratégia 7.21, solicita-se que a SME verifique a existência e os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, e em caráter mais urgente verificar a adesão com prazo determinado já expirado. Na estratégia 7.22, a implementação e participação da informatização integral da gestão pública no município já está em processo por meio das ações da SME e no Sistema Syens. Com relação a formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação, solicita-se a adesão ao programa específico. Quanto a estratégia 7.23 sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação estabeleça parcerias com outras secretarias para a participação nos programas específicos de políticas de combate à violência na escola. Solicita-se a SME a informação da existência da política tratada na estratégia 7.24, quanto a inclusão e permanência na escola de jovens e adolescentes que se encontra em regime de liberdade assistida e em situação de rua, bem como a forma de participação. Em relação a estratégia 7.25 verificou-se que já é garantido nos currículos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

escolares do município os conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileiras e sugere um aprimoramento dessa implementação nas escolas do ensino fundamental. Na estratégia 7.31, sugere-se que a SME promova ações afetivas, através de parcerias, voltadas para a atenção e atendimento à saúde e à integridade física mental e emocional dos profissionais da educação, visando a melhoria da qualidade educacional. Em relação, ao item 7.36, sugere-se que seja criada política de estímulo às escolas que melhorem o desempenho no IDEB, valorizando o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

A Escola Municipal Flávio Cançado Filho sugere a garantia ao atendimento diferenciado, por meio de professores específicos para esse fim, aos alunos de primeiro ao quinto ano, com defasagem de aprendizagem na rede municipal de ensino.



VIII. Meta sobre a Escolaridade Média

Meta (8) – elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O município de Bom Despacho oferece a modalidade de ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos para os anos finais do ensino fundamental, nas modalidades presencial e semipresencial. De acordo com os dados oficiais, no período de 2007 a 2013, houve uma diminuição do número de escolas que atendem a esta modalidade. Este número diminuiu de 4 para 1 escola. Já na modalidade semipresencial, manteve-se a oferta de uma escola atendendo na rede estadual de Ensino.

| Indicador (8A) | Escolaridade média da população de 18 a 29 anos | | |
|------------------------------|---|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 60% | DADO OFICIAL | 52,90% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

A meta 8 é exequível em nível de colaboração entre os entes federados. Os dados apresentados em 2.016 estão divergentes dos dados oficiais apresentados no SIMEC- PAR. Portanto este ano (2.017) todas as informações foram atualizadas com base nos dados mais recentes disponíveis nesta ferramenta, sendo o resultado apresentado acima. É possível observar que em todos os indicadores o município não tem alcançado a meta do período.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (8B) | Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural | | |
|------------------------------|---|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 44% | DADO OFICIAL | 32,70% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

| Indicador (8C) | Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres | | |
|------------------------------|--|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 42% | DADO OFICIAL | 26,10% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

| Indicador (8D) | Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos | | |
|------------------------------|--|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 58% | DADO OFICIAL | 46,60% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

IX. Meta sobre a Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos

Meta (9) – elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência do PDME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Em relação a alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos o número de matrículas atende à demanda necessária em Bom Despacho, uma vez que nesta modalidade de ensino a oferta de vagas depende da procura por esta modalidade de ensino. Ainda não existe a EJA integrada à Educação Profissional em nosso município. Esta integração possibilitaria um maior retorno de alunos à escola.

| Indicador (9A) | Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade | | |
|------------------------------|--|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 92% | DADO OFICIAL | 94,20% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação a esta meta é possível observar que o município está com índice superior ao projetado para o período.

| Indicador (9B) | Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade | | |
|------------------------------|--|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 21,55% | DADO OFICIAL | 23,10% | IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

X. Meta sobre a EJA Integrada à Educação Profissional

Meta (10) – oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Como apresentado na meta 10, o município de Bom Despacho ainda não oferta a EJA integrada à Educação Profissional. Ressalta-se que esta integração possibilitaria um maior retorno de alunos à escola, como já apresentado no próprio Plano Municipal de Educação.

| Indicador (10) | Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional | | |
|------------------------------|---|--------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 6% | DADO OFICIAL | 00,00% | INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação a meta 10, é possível observar que há necessidade de colaboração entre os entes federados para que as estratégias sejam executadas e os índices previstos tenham progressão até atingir o percentual de 25%. O município de Bom Despacho, desde a aprovação do atual Plano não possui nenhum registro oficial de matrículas de jovens e adultos na forma integrada a educação profissional.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XI. Meta sobre Educação Profissional

Meta (11) – triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

O município de Bom Despacho, atualmente, oferta cursos técnicos por meio do programa PRONATEC, em parceria com o IFMG, além de cursos técnicos de educação profissional na rede particular.

| Indicador (11A) | Matrículas em educação profissional técnica de nível médio | | |
|---------------------------------------|--|-----|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 352 | DADO OFICIAL | 170 | INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

| Indicador (11B) | Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública | | |
|---------------------------------------|---|-----|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 10 | DADO OFICIAL | 133 | INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.observatoriodopne.org.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação ao índice de matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública, o município está com a meta do período alcançado. Sendo que os últimos dados oficiais apresentam um índice de 133 em 2016 e em 2015 35 matrículas, observando uma elevação do índice de 98 matrículas.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XII. Meta sobre Educação Superior

Meta (12) Colaborar para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior do país para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O município de Bom Despacho possui, cinco Instituições de Ensino Superior, que ofertam cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Na rede pública, o município oferta seus cursos em Polos de Educação a Distância, pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, nesse sentido a titulação de mestres e doutores e investimentos em pesquisa não são feitos no município, mas sim responsabilidade da União.

| Indicador (12A) | Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos | | |
|------------------------------|---|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 29,20% | DADO OFICIAL | 23,30% | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil) |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Esta meta é exequível em regime de colaboração entre os entes federados e entre as redes de ensino pública e particular. É possível observar que o município não está alcançando a meta prevista para o período. Sendo que os dados oficiais disponíveis não mostram evolução em relação aos índices.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (12B) | Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos | | |
|---------------------------------------|---|---------------|---|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 21,80% | DADO OFICIAL | 19,40% | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil) |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XIII. Meta sobre a Titulação de Professores da Educação Superior

Meta (13) – contribuir para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

| Indicador (13A) | Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado | | |
|---------------------------------------|--|---|--------------------|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 35% | DADO OFICIAL | - | - |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

| Indicador (13B) | Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado | | |
|---------------------------------------|--|---|--------------------|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 18% | DADO OFICIAL | - | - |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Não existem dados oficiais disponíveis para a apuração deste percentual e nem mesmo subsídio para tal. Trata-se de uma meta exequível em regime de colaboração entre os entes federados e as redes de ensino.



XIV. Meta sobre Pós-Graduação.

Meta (XIV) – contribuir para elevar gradualmente o número de matrículas na pósgraduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Os dados oficiais disponíveis até o ano de 2.013 permitem verificar que no decorrer dos anos houve um aumento gradativo o que possibilitou a população, especificamente aos professores melhor preparação e formação adequada para uma educação de qualidade no que se refere a pós-graduação.

Para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação não existem dados oficiais disponíveis para a apuração deste percentual e nem mesmo subsídio para tal. Trata-se de uma meta exequível em regime de colaboração entre os entes federados e as redes de ensino.

| Indicador (14A) | Número de títulos de mestrado concedidos por ano | | |
|---------------------------------------|--|---|--------------------|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 15.000 | DADO OFICIAL | - | - |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

| Indicador (14B) | Número de títulos de doutores concedidos por ano | | |
|---------------------------------------|--|---|--------------------|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 7.500 | DADO OFICIAL | - | - |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |



XV. Meta sobre Formação de Professores

Meta (15) – participar , em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, da política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Nenhum sistema educacional pode considerar a perspectiva de manter ensino de qualidade, sobretudo de qualidade social, a não ser que se disponha a investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais.

Desde dezembro de 1996, a LDB, em seu Art.62, determina que "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a ser oferecida em nível médio na modalidade Normal."

No caso específico dos professores, a formação mínima exigida por lei é a modalidade normal do ensino médio, para o trabalho pedagógico na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A formação desejável, e que será exigida a curto para médio prazos, para todos os níveis e modalidades, se fará na educação superior, em cursos de licenciatura plena.

Em termos de docência para a Educação Básica são várias as lacunas que devem ser apontadas e preenchidas: a LDB não propõe a formação em nível superior para atuação na educação infantil, nem trata das especificidades da formação para a educação profissional, para a educação especial e para a educação de jovens e adultos. A vulnerabilidade da Lei se agudiza na proposta governamental de um Plano Nacional de Educação, no qual surgem propostas ambíguas de aligeiramento da formação desses



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

profissionais, como a educação à distância, e está intimamente relacionada com a pouca importância conferida a essas modalidades educacionais.

| Indicador (15) | Profissionais de Educação | | |
|------------------------------|---------------------------|--------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 100% | DADO OFICIAL | 66,70% | CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (abrangência: Estado, Região e Brasil) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação a Meta 15, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica sugerem que na estratégia 15.1 a Secretaria Municipal de Educação realize um levantamento da necessidade de formação dos profissionais do município, para elaboração de um plano estratégico de formação dos profissionais da educação. Sugere-se ainda, na estratégia 15.2 a verificação de como deve ser a participação do município, inclusive na amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica. Em relação a estratégia 15.4 sugere-se a modificação no texto, substituindo o termo “otimizar o uso” por “utilizar”, uma vez que cabe ao município usufruir daquilo que for disponibilizado pela União. Quanto as estratégias 15.6 e 15.7 sugere-se que o acompanhamento seja atribuído ao Conselho Municipal de Educação, e este apresente a Secretaria Municipal de Educação um relatório. Solicita-se a SME a verificação da existência de programas ou cursos especiais que atendam a formação superior prevista na estratégia 15.9, além da formação oferecida pela Universidade Aberta do Brasil. Na estratégia 15.10 solicita-se a Secretaria Municipal de Educação o levantamento das informações da oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XVI. Meta sobre Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores

Meta (16) – contribuir para a formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e estimular a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Os dados oficiais disponíveis até o ano de 2.013 permitem verificar que no decorrer dos anos houve um aumento gradativo o que possibilitou aos professores melhor preparação e formação adequada para uma educação de qualidade no que se refere a pós-graduação.

| Indicador (16) | Percentual de professores da educação básica com pósgraduação lato sensu e stricto sensu | | |
|------------------------------|--|---------------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 41% | DADO OFICIAL | 41,50% | INEP/ Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) www.simec.mec.gov.br |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação a meta 16 é possível observar que houve um aumento do percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu e stricto-sensu, comparando os anos de 2.015 e 2.016. Em 2.015 o município não alcançou a meta prevista para o período que era de 39,50%, sendo que o município possuía 38,50%. Já em 2.016 o índice não só foi ultrapassado, sendo a meta projetada de 41% e a meta alcançada de 41,50%.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XVII. Meta sobre Valorização do Professor

Meta (17) – valorizar os (as) profissionais do magistério das redes pública municipal de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

Nenhum sistema educacional pode considerar a perspectiva de manter ensino de qualidade, sobretudo de qualidade social, a não ser que se disponha a investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais.

| Indicador (17) | Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente | | |
|------------------------------|---|---------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 60% | DADO OFICIAL | - | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil) |
| | DADO MUNICIPAL | 104,89% | Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação e os Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Despacho |

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 17, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica solicita a Secretaria Municipal de Educação informações quanto a criação do Fórum Permanente tratado na estratégia 17.1 e se houve representação do município. Em relação a estratégia 17.2 sugere-se que seja amplamente divulgada no sítio da administração municipal. Quanto a estratégia 17.3 solicita-se a SME que encaminhe informações oficiais sobre a revisão e aprovação do Plano de Cargos e Salário dos profissionais do magistério e previsão de data do encaminhamento ao legislativo.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XVIII. Meta sobre o Plano de Carreira Docente

Meta (18) – assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a reformulação ou construção de um novo plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica da Rede Municipal de ensino, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Em 2.009 foi criada a Lei Complementar nº 10/2009 que dispôs sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração o Magistério do Município de Bom Despacho. Com o plano de carreira são beneficiados mais de 400 profissionais contratados e/ou efetivos. O Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Minas Gerais, foi sancionada pelo Governador Aécio Neves no dia 5/8/2004. O plano abrange os 234 mil servidores efetivos, ativos e inativos, dos órgãos e entidades do Grupo de Atividades da Educação Básica, composto pela Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, Fundação Helena Antipoff e Fundação Educacional Caio Martins.

A área da educação possuía 85 cargos. Com o Plano de Carreira, eles foram transformados em apenas 8, estruturados em carreiras específicas. Para os professores, por exemplo, eram 16 cargos diferentes (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, Professor de 5ª e 8ª e Ensino Médio, Professor de ensino fundamental de 1ª à 4ª Série, Professor de Ensino Médio, RE1A, RE3A, RE4A, Regente A, Regente Assistente), após a implantação do plano há apenas o cargo de Professor da Educação Básica, nos níveis médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Outro diferencial do Plano de Carreira é que os servidores serão remunerados pela titulação e não pelo nível de atuação. Assim, os professores alfabetizadores, por exemplo, receberão de acordo com a qualificação acadêmica, do nível médio ao doutorado, e não pelo cargo que ocupa como acontecia.

A elaboração do plano foi feita a partir de discussões com a participação de representantes das instituições que o compõe, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação. Também participaram o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) e outras entidades de classe dos servidores públicos estaduais, como a



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG, Associação Mineira de Inspetores Escolares AMIE, Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos - AMISP, Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais – AFAEMG.

| Indicador (18) | Plano de Carreira Docente | | |
|------------------------------|---------------------------|---|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| - | DADO OFICIAL | - | Não há indicador definido para a meta 18. Cabe ao município definir a forma de acompanhamento |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Em relação aos anos de 2.016 e 2.017, no que se refere a Revisão e Reelaboração do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Bom Despacho:

Em 3 de março de 2.017 foi publicado o Regimento Interno da Comissão de Estudo, Revisão e Reelaboração do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Bom Despacho. Em 8 de março de 2.017, foi publicada a Portaria 06/2017/SME nomeando membros da Comissão do Estudo e Reelaboração do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.

Foram realizadas assembleias de apresentação de proposta de alteração da Lei Complementar 10/2009 pela Comissão de Estudo, Revisão e Reelaboração do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Bom Despacho. Em 29 de maio de 2.017 foi realizada a primeira Assembleia com os servidores do quadro do magistério da E. M. Coronel Praxedes, CEI Dona Joesse de Queiroz e E.M. Virgílio Antônio da Silva.

Em 30 de maio de 2.017, foi realizada a segunda Assembleia com os servidores do quadro do magistério do CEI Dona Zulma, CEIM Nossa Senhora Auxiliadora e CEMEI Professora Valdira Maria R. Silva.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

Em 31 de maio de 2.017, foi realizada a terceira Assembleia com os servidores do quadro do magistério do CEI Doutor Hugo Marques Gontijo e CEI Jacinto Salviano.

Em 5 de junho de 2.017 foi realizada a quarta Assembleia com os servidores do quadro do magistério da E. M. João Dornas Filho, CEIM Professora Eraída Alves, PEM Professor Elvino Paiva e CEIM São Vicente.

Em 7 de junho de 2.017, foi realizada a quinta Assembleia com os servidores do quadro do magistério da E. M. Dona Duca, CEMEI Dona Liquinha e E. M. Flávio Cançado Filho.

Em 21/6/2.017 as escolas Municipais e creches, exceto CEIM Nossa Senhora Auxiliadora, enviaram sugestões de alterações da Lei Complementar 10/2009.

No dia 12 de Julho de 2017, a comissão entregou ao prefeito municipal de Bom Despacho, Fernando Cabral e a secretária municipal de educação Ivy Lilian da Silva, a proposta final do plano.

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 18, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica solicita a Secretaria Municipal de Educação a divulgação das informações referentes a estratégia 18.1. Registra-se que a estratégia 18.2 não foi realizada no prazo. Quanto ao previsto na estratégia 18.3, não foi implementado pelo Ministério da Educação. Em relação a estratégia 18.8, o documento sugerindo os membros a comporem a comissão permanente está sob análise da SME.



XIX. Meta sobre Gestão Democrática

Meta (19) – assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Com a aplicação da política da universalização do ensino, deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

| Indicador (19) | Gestão Democrática | | |
|------------------------------|---------------------------|---|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| - | DADO OFICIAL | - | Não há indicador definido para a meta 19. Cabe ao município definir a forma de acompanhamento |
| | DADO MUNICIPAL | - | - |

Quanto aos Conselhos atuantes na educação e condições para efetivação da gestão democrática da educação de Bom Despacho:

O Conselho Municipal de Educação é regido pela Lei Complementar nº 3.607/07 e pelo Regimento Interno aprovado em 09/07/2007, possui caráter deliberativo, com reuniões 1 (uma) vez ao mês.

O FUNDEB é regido pela Lei nº 2.050 de 04/04/2007 e pelo Regimento Interno aprovado em 04/12/2007, possui caráter deliberativo, com reuniões 1 (uma) vez ao mês. O Ministério da Educação executa programas voltados ao transporte de estudantes,



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

sendo um deles o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visa atender alunos moradores da zona rural. Parte da verba do FUNDEB é destinada a este programa.

O Conselho de Alimentação é regido pela Lei nº 2.159/2010, possui caráter deliberativo, com reuniões e visitas 1 (uma) vez ao mês, na segunda quinta-feira do mês.

O Projeto Político Pedagógico é elaborado pela Comunidade Escolar das instituições, onde há representantes de todas as instâncias e é revisado anualmente para possíveis alterações.

A eleição de diretor municipal é regida pelo Decreto 7.233 de 07/07/2016.

As escolas públicas do município de Bom Despacho possuem Colegiado Escolar conforme Resolução 2.958 de 29 de abril de 2016.

No Colégio Tiradentes da PMMG há um colegiado escolar composto por 15 membros, conforme considerações da Resolução 4090/10 de 30/06/10 - Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Colegiado Escolar no Sistema de Educação Escolar da PMMG.

As ações previstas nas estratégias não citadas se referem às cumpridas parcialmente ou totalmente ou somente são exequíveis por meio de um acordo de colaboração entre os entes federados e outros.

Em relação a Meta 19, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica, na estratégia 19.3 destacam a importância da constituição de Fórum Permanente de Educação Municipal, mas que ainda precisa ser concretizado, considerando que o prazo final é 2.017. Na estratégia 19.4, as redes estadual, municipal e privada não realizaram ações de estímulo nas redes de educação básica para constituição e fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, exceto o Colégio Tiradentes que possui associação de pais. Em relação a estratégia 19.5 sugere-se a promoção do fortalecimento dos conselhos. Na estratégia 19.6 sugere-se que a SME realize ações de estímulo para que seja cumprida na totalidade. Quanto a estratégia 19.7 destaca-se que a partir de 2.017 a rede municipal,



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

em sua proposta pedagógica definiu a autonomia pedagógica como principal ferramenta na gestão escolar das instituições de ensino da rede municipal com a instituição do SIMAEB (Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica), Decreto 7.533 de 31 de março 2.017.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

XX. Meta sobre Financiamento da Educação

Meta (20) – Ampliar o investimento aplicado na educação pública municipal de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do município no 5º (quinto) ano de vigência do PME e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

A temática do financiamento da educação tem assumido importante papel na compreensão da organização e da gestão da educação, particularmente a partir de estudos e análises que exploram a relação entre o financiamento, as políticas educacionais e o Estado brasileiro, ganhando densidade também no subcampo da economia da educação.

Essa discussão constitui-se em tarefa complexa, em vista das condições materiais em que o financiamento se efetiva no país, envolvendo os diferentes entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) e a esfera privada. Apesar da complexidade da temática, a compreensão da estrutura e das bases do financiamento da educação coloca-se como uma necessidade para toda a sociedade, devendo envolver, especialmente, os gestores educacionais, os profissionais da educação, os pais e os estudantes e a comunidade local.

A organização do sistema educacional brasileiro, segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), se caracteriza pela divisão de competências e responsabilidades entre a União, os estados e municípios, o que se aplica também ao financiamento e à manutenção dos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação e do ensino.

Todavia, essa forma de organização não indica, necessariamente, um sistema plenamente descentralizado. A efetiva descentralização vem-se constituindo em um grande desafio, visando à consolidação da dinâmica federativa do Estado brasileiro e à democratização do poder e dos processos decisórios nas suas diferentes estruturas organizacionais.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| Indicador (20) | Financiamento | | |
|------------------------------|---------------------------|-------|--|
| META PREVISTA PARA O PERÍODO | META ALCANÇADA NO PERÍODO | | FONTE DO INDICADOR |
| 4% | DADO OFICIAL | - | - |
| | DADO MUNICIPAL | 2,58% | Secretaria Municipal de Educação Setor Administrativo |

De acordo com o seguinte dado fornecido pelo site do IBGE-Ministério das Cidades e dados do Sistema Municipal URBEM, os gastos totais da Educação em relação ao PIB, no ano de 2.016 foi de 2,58%. Ressalta-se que a base de dados utilizada para cálculo é 2.014, sendo esta a última disponível.

Em relação a Meta 20, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica ressaltam a importância de a Secretaria Municipal de Educação ficar atenta aos prazos e índices para cumprimento da meta, uma vez que os resultados municipais estão distantes dos descritos no PME que é de 7% em 2.019.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O PME do Município de Bom Despacho constitui um documento base que elenca dados que interferem e subsidiam as decisões do município para o planejamento da educação no território municipal para os próximos dez anos.

Ao longo dos estudos, a Comissão e a Equipe Técnica observaram a necessidade de disponibilização dos resultados do monitoramento e da avaliação nos sítios institucionais oficiais do município de Bom Despacho, bem como do percentual de investimento público em educação nos últimos anos.

Em relação as estratégias que dependem da adesão por meio do governo federal para seu efetivo cumprimento, sugere-se que seja feita uma manifestação coletiva dos municípios do polo da região SRE Pará de Minas.

A partir da realidade avaliada e, em consonância com o Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2.014, o município assume o compromisso com as vinte metas estabelecidas, buscando soluções e estabelecendo estratégias para que o município de Bom Despacho, supere as dificuldades apresentadas nesta avaliação, mantenha e amplie a qualidade da educação ofertada em seu território

Ciente


Ivy Lillian da Silva
Secretária de Educação



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

NOTA TÉCNICA

| | |
|--|---|
| Numeração | 01 |
| Assunto | Art.5º §3º da Lei nº2.493, de 24 de junho de 2.015 |
| Responsável (is) pela elaboração | Paula Caroline Cardoso Silva |
| Histórico | De acordo com este parágrafo fica estabelecido que as avaliações do PME serão realizadas com periodicidade mínima de 1 (um) ano, contados a partir da publicação da Lei nº2.493, de 24 de junho de 2.015. |
| Análise Técnica | Para a verificação dos indicadores de avaliação das metas do PME são necessárias fontes oficiais como IBGE, ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), INEP, Censo Escolar da Educação Básica, PNAD. Essas fontes não disponibilizam anualmente dados oficiais em relação ao município para que os indicadores possam ser atualizados com a referida frequência. Deste modo os dados tornamse repetitivos e desatualizados em relação ao ano de monitoramento e avaliação do Plano. |
| Conclusão | Para um melhor acompanhamento dos indicadores, elaboração de documentos e ações de Avaliação do Plano Municipal de Educação sugere-se que a periodicidade mínima seja alterada para 2 (dois) anos. |
| Assinatura(s) | |



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| | |
|--|--|
| Numeração | 02 |
| Assunto | Art.5º da Lei nº2.493, de 24 de junho de 2.015 |
| Responsável (is) pela elaboração | Paula Caroline Cardoso Silva |
| Histórico | <p>De acordo com este parágrafo fica estabelecido que a execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas, sem prejuízo de outras, pelas seguintes instâncias:</p> <p>I- Secretaria Municipal de Educação- SME;</p> <p>II- Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;</p> <p>III- Conselho Municipal de Educação - CME</p> |
| Análise Técnica | De acordo com os trabalhos realizados ao longo do ano 2.017, os quais tiveram apoio, na Comissão Coordenadora, de representantes do magistério municipal, observou-se um retorno positivo e efetivo quanto as atividades desempenhadas e a representativa na equipe. |
| Conclusão | Para a inclusão do segmento do magistério, solicita-se alteração do Art.5º da Lei nº2.493. |
| Assinatura(s) | |



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação

Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

| | |
|--|--|
| Numeração | 03 |
| Assunto | Art.3º da Lei nº2.493, de 24 de junho de 2.015 |
| Responsável (is) pela elaboração | Paula Caroline Cardoso Silva |
| Histórico | De acordo com este parágrafo fica estabelecido que as metas previstas no Anexo I da Lei nº2.493, de 24 de junho de 2.015, serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas. |
| Análise Técnica | De acordo com a Orientação CRJ 514975 do Tribunais de Contas de Minas Gerais, referente aos Planos Municipais de Educação, orienta-se que não poderão apresentar prazos superiores aos estipulados nacionalmente pelo PNE (Plano Nacional de Educação),sendo o prazo para 2.024. |
| Conclusão | Para atender a Orientação CRJ 514975 do Tribunais de Contas de Minas Gerais sugere-se a alteração do referido prazo, passando de PME (2.025) para PNE (2.024). |
| Assinatura(s) | |